

ABRIL INDÍGENA: A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Antonio Francisco da Silva Bezerra ¹

Iulliany Lima de Souza ²

Aryama Lima Costa ³

RESUMO

O presente trabalho objetiva relatar e analisar a intervenção pedagógica desenvolvida no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa (CEEP), em Mossoró/RN, realizada em 06 de maio de 2024, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas (19 de abril). A atividade foi promovida pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculados ao Subprojeto de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus Mossoró, e teve como principal finalidade valorizar a resistência dos povos originários, fomentar o debate sobre seus direitos e promover uma educação histórica antirracista. O projeto articulou temas de História, Cultura, Política e Memória. A metodologia, de caráter qualitativo e crítico, utilizou exposição dialogada, análise documental (Jornal Porantim) e rodas de conversa com os estudantes, ancorada na crítica às políticas indigenistas do Estado (Poliene Bicalho, 2019) e nos estudos contemporâneos (Souza, Pereira e Costa, 2023). A intervenção abordou desde a origem da data até a mudança da nomenclatura oficial, de “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas”, conforme a Lei nº 14.402/2022, contextualizando sua importância histórica e simbólica. A avaliação consistiu em uma pesquisa em grupo sobre aspectos da cultura indígena na sociedade brasileira, com socialização dos resultados na semana seguinte. O resultado foi promissor, evidenciado pela significativa participação crítica dos alunos nas discussões e pelo interesse em aprofundar o conhecimento sobre as lutas e os saberes tradicionais. A intervenção reforça o potencial da escola como espaço de formação cidadã e evidencia o papel fundamental do PIBID na articulação entre a formação docente inicial e a prática histórica crítica.

Palavras-chave: Povos indígenas, História, PIBID.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a formalizar e analisar a intervenção pedagógica intitulada "Abril Indígena: A Educação como Instrumento de Resistência dos Povos Originários". Esta atividade foi realizada no Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa (CEEP), em Mossoró/RN, e desenvolvida pelos bolsistas do Programa

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID)/Capes, antoniofrancisco@alu.uern.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID)/Capes, iulliany2024001486@alu.uern.br;

³ Professor orientador: Doutora, Coordenadora PIBID/CAPES, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, aryanacosta@uern.br.





Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculados ao Subprojeto de História, Campus Central, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A experiência pedagógica materializa o compromisso ético e político da formação docente com a efetivação das diretrizes curriculares que preconizam o ensino de História e Cultura Indígena, em conformidade com o que determina a Lei nº 11.645/2008.

O contexto da intervenção é marcado pela urgência pedagógica em desconstruir narrativas históricas hegemônicas e colonialistas. Tais narrativas, frequentemente, invisibilizam os povos originários ou os representam por meio de estereótipos estáticos e anacrônicos. A escolha da data de realização da atividade, no início de maio em alusão ao Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), buscou tensionar o calendário escolar e a visão meramente comemorativa da efeméride. Dessa forma, o projeto focalizou a resistência e a luta histórica e contemporânea como eixos centrais da discussão em sala de aula.

O objetivo precípua deste relato de experiência é, portanto, tripartido: a) descrever detalhadamente a metodologia e os conteúdos pedagógicos empregados na intervenção; b) analisar a relevância da temática indígena, sob a ótica da resistência, para a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio; e c) promover uma reflexão sobre o papel do PIBID como locus de experimentação curricular e de fortalecimento de uma educação genuinamente antirracista e cidadã.

A estrutura deste artigo desdobra-se em seções subsequentes. Inicialmente, a primeira seção aborda o papel do PIBID na formação docente e na intervenção didática nas aulas de História. Em seguida, o texto se dedica ao arcabouço teórico-historiográfico que fundamentou a crítica às políticas indigenistas, incluindo a análise da Lei nº 14.402/2022. Posteriormente, a seção seguinte descreve detalhadamente a metodologia empregada na atividade. Por fim, o artigo apresenta os resultados e a discussão da experiência, antes de finalizar com as considerações finais sobre as contribuições pedagógicas e sociais do projeto.

O PIBID E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica do projeto ancorou-se em estudos que realizam uma leitura crítica da trajetória histórica das políticas indigenistas no Brasil. O principal eixo de crítica reside na maneira pela qual o Estado brasileiro, historicamente, se relacionou com os povos indígenas. Essa relação se deu sob uma lógica contínua de tutela, repressão e, sobretudo, de caráter integracionista e assimilacionista.





O trabalho de Poliene Bicalho (2019), ao analisar as políticas indigenistas do Estado brasileiro durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), oferece o panorama historiográfico crucial para a compreensão da vulnerabilidade e da resistência indígena. A Ditadura, sob o discurso de promover o "desenvolvimento" e a expansão da fronteira agrícola, intensificou projetos que resultaram na espoliação territorial e na violência sistemática contra as comunidades. A data de 19 de abril, estabelecida nesse contexto, carregava o peso simbólico de uma visão paternalista e, por vezes, celebrativa de um "índio genérico" e passivo, o que contrasta de maneira veemente com a realidade de luta histórica pela terra e pela autodeterminação.

No plano contemporâneo, a relevância da obra de Souza, Pereira e Costa (2023) reside na análise das frentes de resistência e dos novos marcos legais e simbólicos alcançados pelos povos originários. A principal contribuição da intervenção pedagógica "Abril Indígena" residiu, justamente, na contextualização desse arcabouço normativo, com foco na Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. Esta lei, ao alterar o Decreto-Lei nº 5.540, de 1943, modificou oficialmente a efeméride de "Dia do Índio" para "Dia Nacional dos Povos Indígenas", representando uma significativa conquista simbólica e política.

A mudança da nomenclatura não constitui apenas um ato burocrático, mas sim uma conquista política e semântica de extrema relevância. O termo "Índio" é uma generalização cunhada pelo colonizador, carregada de estereótipos e que nega a pluralidade étnica e cultural dos grupos originários. O uso de "Povos Indígenas", por sua vez, reconhece a diversidade, a autonomia e a condição de sujeitos políticos e históricos, reforçando a premissa de que não existe um único "índio", mas sim diversas nações com línguas, cosmovisões e histórias distintas. Abordar essa virada nomenclatural com os estudantes foi fundamental para politizar o debate e demonstrar o poder da linguagem na construção da identidade e do reconhecimento.

METODOLOGIA

A intervenção pedagógica "Abril Indígena" foi realizada em 06 de maio de 2024 no CEEP, abrangendo duas turmas distintas sob a supervisão dos bolsistas: uma turma de 1º ano do Ensino Médio e uma turma de 3º ano do Ensino Médio. A composição heterogênea das turmas, que denota diferenças no nível de desenvolvimento cognitivo e no acúmulo de repertório histórico, refletiu diretamente na dinâmica dos debates e nos resultados da avaliação. Essa distinção foi intencionalmente observada para fins de análise comparativa da experiência.





Inicialmente, a atividade foi concebida como um seminário temático, focado na articulação dos eixos de História, Cultura, Política e Memória dos povos indígenas. A metodologia adotada buscou superar o modelo de aula puramente expositiva, priorizando a horizontalidade do saber e a perspectiva dialógica freiriana. Essa abordagem visou incentivar momentos de debates espontâneos e intervenções qualificadas por parte dos estudantes.

3.1 Etapas de Execução

A ação foi estruturada em três momentos pedagógicos interconectados e sequenciais, conforme detalhado a seguir:

a) Exposição Dialogada e Contextualização Histórica

O primeiro momento consistiu em uma exposição detalhada sobre a origem do 19 de abril no contexto do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, em 1940, e sua subsequente apropriação pelo Estado Novo no Brasil. Esta exposição foi intencionalmente dialógica, utilizando perguntas abertas para sondar o conhecimento prévio dos alunos sobre estereótipos indígenas (como a imagem do "selvagem" ou do "índio do passado") e desconstruí-los. Foi neste momento que se introduziu a crítica histórica, utilizando Bicalho (2019) como base para evidenciar as contradições das políticas indigenistas, notadamente aquelas desenvolvidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante a Ditadura Militar.

b) Análise de Fonte Histórica: O Jornal Porantim

O cerne da atividade metodológica foi a análise documental do jornal Porantim. Este periódico é considerado uma fonte histórica fundamental no indigenismo brasileiro, notabilizado por dar voz direta às lideranças e comunidades. Foram selecionados trechos de edições históricas (com foco nas décadas de 1970 e 1980) que relatavam lutas por demarcação de terras, denúncias de violência e o processo de organização política dos movimentos indígenas.

A análise documental foi realizada de forma colaborativa, mediada pelos bolsistas. O objetivo central transcendeu a leitura textual, buscando trabalhar com a memória e a agência indígena. Ao terem contato com relatos produzidos pelos próprios povos ou por indigenistas parceiros, os estudantes puderam perceber os povos originários como sujeitos ativos de sua história, e não como meros objetos da política estatal. A mediação dos bolsistas buscou, ainda, conectar as denúncias do passado (registradas no jornal) com as pautas contemporâneas, como o debate em torno do Marco Temporal.





c) Roda de Conversa e a Lei nº 14.402/2022

O momento final foi dedicado à Roda de Conversa, estruturada de forma mais livre e fluida para fomentar a participação ativa. O principal debate desta etapa foi a análise da Lei nº 14.402/2022. Esta legislação serviu como um poderoso instrumento didático para demonstrar que a luta indígena produz resultados concretos e que a adoção da nomenclatura correta ("Povos Indígenas") constitui um ato político de respeito e reconhecimento da pluralidade. A Roda de Conversa permitiu que os estudantes expressassem suas dúvidas, reflexões e percepções sobre o papel deles próprios, enquanto cidadãos do Nordeste, na valorização da diversidade brasileira e na promoção da cidadania.

3.2 A Avaliação: Pesquisa, Socialização e Engajamento

A avaliação da atividade foi concebida de forma processual e contínua, buscando aferir não a mera memorização de dados históricos, mas o nível de engajamento crítico e a capacidade de pesquisa autônoma dos estudantes. A avaliação final consistiu na realização de uma pesquisa em grupo sobre a persistência de aspectos da cultura indígena na sociedade brasileira contemporânea, abrangendo temas como língua, culinária, medicina tradicional, e organização social.

O foco principal desta etapa da pesquisa foi a socialização dos resultados na semana subsequente à atividade principal. Os grupos foram estimulados a ultrapassar o senso comum e a explorar aspectos menos conhecidos da contribuição indígena para a sociedade brasileira (fugindo do óbvio, como a mandioca ou a rede de dormir). Esta etapa final garantiu a continuidade do debate e solidificou a aprendizagem mediante a pesquisa ativa e o compartilhamento de novos conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da intervenção pedagógica "Abril Indígena" revelou-se altamente promissor, reforçando a hipótese central deste trabalho: a escola pública possui potencialidades significativas como espaço de formação crítica, desde que o currículo seja revitalizado por práticas pedagógicas engajadas e alinhadas às demandas sociais.

Um dos indicadores qualitativos mais evidentes de sucesso da intervenção foi a significativa participação dos estudantes nas discussões. A metodologia da exposição dialogada, articulada à análise documental do jornal Porantim, fomentou um ambiente de curiosidade e reflexão crítica. Os alunos demonstraram interesse genuíno em conhecer a cultura indígena e, sobretudo, em compreender as lutas históricas e contemporâneas dos





povos originários, evidenciando o reconhecimento da demanda por demarcação de terras e a necessidade do combate ao racismo.

A experiência demonstrou que a abordagem da temática sob o prisma da resistência — em detrimento da mera comemoração — é metodológica e politicamente mais eficaz. Ao serem confrontados com a agência indígena, evidenciada pela análise das fontes documentais e pela discussão sobre a Lei nº 14.402/2022, os estudantes puderam transcender a visão romantizada e folclorizante do antigo "Dia do Índio" e, assim, apreender a complexidade da questão indígena na contemporaneidade.

A socialização dos resultados da pesquisa avaliativa, realizada na semana posterior, confirmou a apropriação crítica do tema. Os grupos apresentaram trabalhos ricos em profundidade analítica, que evidenciaram uma pesquisa que buscou fontes para além das plataformas de senso comum (como a Wikipédia) e se pautou na diversidade étnica dos povos originários. Isso sugere que o projeto atingiu seu objetivo de fomentar o debate sobre os direitos indígenas e, crucialmente, de fortalecer uma educação antirracista no espaço escolar. Argumentamos que uma educação antirracista exige o reconhecimento e a valorização das múltiplas matrizes culturais brasileiras, sendo a história indígena uma das mais sistematicamente negligenciadas.

A intervenção "Abril Indígena", portanto, reforça cabalmente o papel do PIBID na instrumentalização do saber e na inovação didática. Os bolsistas, ao planejarem e executarem um projeto com rigor teórico e metodologia ativa, promoveram a aprendizagem significativa dos alunos da educação básica e também consolidaram sua própria identidade profissional como futuros professores-pesquisadores, capazes de utilizar a História como uma ferramenta eficaz de transformação social e engajamento cívico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou o sucesso da intervenção "Abril Indígena" no CEEP Professor Francisco de Assis Pedrosa, em Mossoró/RN. Os objetivos propostos, que visavam valorizar a resistência dos povos originários, fomentar o debate sobre seus direitos e fortalecer uma educação antirracista no espaço escolar, foram plenamente alcançados. Este êxito foi comprovado pela resposta altamente positiva e engajada manifestada pelo corpo discente.

A articulação integrada de eixos como História, Cultura, Política e Memória, mediada pelas bolsistas do PIBID Subprojeto História/UERN, demonstrou ser uma metodologia altamente eficaz. Tal abordagem permitiu desconstruir estereótipos e inserir a temática





indígena de forma crítica e contemporânea no currículo. A crítica às políticas indigenistas da Ditadura Militar, somada à discussão sobre o alcance da Lei nº 14.402/2022, resultou em uma compreensão aprofundada da história como um campo contínuo de disputas políticas e simbólicas.

Como contribuição acadêmica e social, o projeto "Abril Indígena" atesta o potencial do PIBID em formar docentes-intelectuais transformadores. Estes profissionais demonstram ser capazes de planejar e executar ações que promovem ativamente a cidadania e o respeito à diversidade cultural no âmbito escolar. O CEEP Professor Francisco de Assis Pedrosa, ao abrir espaço para essa discussão crítica, reafirma-se como um ambiente fértil de formação humana e intelectual.

Para futuros trabalhos e desdobramentos do projeto, sugere-se a continuidade e a ampliação desta discussão para incluir a participação ativa de lideranças indígenas locais. Tal inserção visa conferir maior concretude e pertinência à temática da resistência no contexto regional, aprofundando o diálogo entre o conhecimento escolar e os saberes tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BICALHO, Poliene. A política indigenista e a tutela: tensões e reconfigurações no Brasil (1964-1985). In: FELDENS, D.; GRUPIONI, L. (Org.). O Brasil em contexto: as políticas de Estado para os povos indígenas. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. Altera o Decreto-Lei nº 5.540, de 1943, para mudar a nomenclatura de “Dia do Índio” para “Dia Nacional dos Povos Indígenas”. Diário Oficial da União, Brasília, 2022.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação no Brasil. 40. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SOUZA, João Paulo de; PEREIRA, Pedro Henrique da Silva; COSTA, Rogério. Lutas e Resistências Indígenas no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Editora CRV, 2023.

